

1 Ata da 01ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Educação. Aos
2 vinte e dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, conforme
3 publicação em Diário Oficial, reuniram-se os integrantes do Conselho Municipal
4 de Educação, no auditório, Centro de Formação Darcy Ribeiro, em
5 cumprimento à seguinte ordem do dia: Política de Educação Inclusiva no
6 município de Santos. As assinaturas dos conselheiros presentes encontram-se
7 em lista de presença acostada como parte integrante a esta ata. Justificaram
8 ausência os seguintes conselheiros (as): Elisabete Ferreira Soares (desligou-se
9 em dezembro/2024), Rita Gisela Guedes Ferreira, Kelly Roberta Ferracini,
10 Kátia Aparecida Guimarães Ramires, Denize de Simone Ferreira Miranda,
11 Wanderlei Minelli Júnior, João Rinaldo Zeferino, Marcos Pasquantonio, Antonio
12 Vinícius Fernandes dos Santos, Silvia Maria Smolka Marques, Rita Maria
13 Gonçalves, Margareth de Cássia Magalhães Zatiti, Daniel Divino Rodrigues,
14 Tatiana Rodrigues Castyro de Sousa, Ivanise Monfredini, Fábio Giordano,
15 Susanna Artonov, Liliane Claro Rezende, Yara Rosa Matos Bento, Angélica da
16 Costa Assunção. Convidados presentes: Márcia Cristina Marreta (Supervisora),
17 Fabrício Fonseca (Senai), Raquel Arrai Serodio (PEB I), Maria Gabriela Borges
18 Saraiva (Seduc), Arlete Rodrigues (PAEI), Maria Margarida Serrão (PEB I),
19 Andréa de Oliveira (PAD II), Miriam Barazal (PEB I), Rogério Barazal (servidor),
20 Fabíola Grilo (Seduc), Cristina Rodrigues (EDI), Selma Constantino
21 (aposentada), Cássio Canhoto (Sindserv), Felipe Queiroz (PAD II), Sandyara
22 Araújo (PAD I), Luciana Ribeiro (PAD I), Kelly Macedo (mãe de aluno), Keila
23 França (mãe de aluno), José Damasceno (pai de aluno), Ana Paula Teixeira
24 (Sedesp), Susana Buck (Seduc), Teresa Borges (Sindserv), Débora Camilo
25 (Vereadora), Ana Clara Borcei (Assessora Parlamentar), Simone Cavalcanti
26 (PAD I), Vera Lúcia (Professora), Vanessa Gonçalves (mãe de aluno), Ana
27 Elvira Favero (mãe de aluno), Desiree Morais (Professora), Maria Andrade
28 (mãe de aluno), Emanuel de Lima (Sindserv), Audrey Kleys (Secretária de
29 Educação), Márcia Calçada (Deped), Joana Costal (Supervisão). A Presidente
30 Fabiana Riveiro iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e referiu-se
31 ao e-mail recebido pelo Conselho Municipal de Educação CME, da Comissão
32 de Professores da Rede, solicitando manifestação quanto ao Edital dos
33 Professores de Apoio Escolar Inclusivo PAEIs, que exige como qualificação
34 desses profissionais, o Ensino Médio para trabalhar com alunos de inclusão. O
35 Conselho agendou uma reunião com a Comissão dos professores para uma
36 discussão de propostas. O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de
37 Santos Sindserv oficiou o CME, solicitando a revogação deste Edital, e pediu
38 também, uma conversa sobre Educação Inclusiva. Além disso, o Sindicato
39 solicitou: a nomeação de Professores Adjuntos da Educação Básica II, a
40 abertura de novo concurso para o cargo, imediata abertura de vagas para o
41 Professor de Apoio Escolar Inclusivo PAEI, a serem oferecidas para os
42 professores da rede. O servidor do Sindserv Cássio iniciou sua fala, apontando
43 dois problemas na política da educação especial: desvalorização do quadro do
44 magistério do ponto de vista salarial, e a Prefeitura não ter colocado
45 profissionais graduados e pós-graduados na Educação Especial, e tem
46 chamado poucos profissionais para as salas de Atendimento Educacional
47 Especializado (AEE). Segundo o Sindicato a demanda de Educação Inclusiva

48 tem crescido na cidade, e precisa de profissionais habilitados para atender
49 esse público. Esses precisam de formação continuada e de valorização
50 salarial. São 1.096 postos em Educação Especial no município. As sugestões
51 do Sindicato são de que os Educadores com especialização em Educação
52 Inclusiva enviem projeto para atendimento às crianças com deficiência, que a
53 Secretaria de Educação chame todos os Professores da lista do concurso de
54 Educação Especial e, também, ofereça vagas para todos os Professores e
55 Educadores de Desenvolvimento Infantil, promoção de todos os professores I e
56 II, sede fixa, formação continuada, se estendendo também para os funcionários
57 da escola. Na sequência, um munícipe relatou sua experiência. Comentou o
58 cenário da educação inclusiva no município de Praia Grande, onde os
59 professores não têm o mesmo reconhecimento, já em Cubatão, os profissionais
60 são contratados por uma empresa de limpeza, sem qualificação. A Presidente
61 convidou para a palavra, a Secretária de Educação Audrey Kleys. A Secretária
62 agradeceu a todos os presentes e iniciou a conversa falando das preocupações
63 que permeiam a educação inclusiva, e que laços precisam ser estreitados com
64 as famílias e com os educadores. Nesse sentido, a Secretaria assume o
65 compromisso, junto aos seus Técnicos e Equipe Gestora em tentar resolver as
66 situações problemas da rotina escolar, oferecendo formações continuadas aos
67 profissionais e acolhimento aos pais. Esclareceu que as Entidades contratadas
68 pela Prefeitura são habilitadas e, já se organizaram para a seleção de
69 profissionais que estejam cursando, ao menos, Pedagogia, Psicologia ou outro
70 curso acadêmico envolvendo educação. Nesse processo, a Secretaria junto
71 com seus Técnicos estarão trabalhando para alcançar melhorias no
72 atendimento dos alunos. Haverá reuniões da Seção de Educação Especial,
73 com esses pais atípicos, ao longo do ano, para que haja uma avaliação e
74 monitoramento do trabalho realizado. A Supervisora Joana colocou a
75 Supervisão de Ensino a disposição para pais e professores. A professora de
76 inglês Andreia pediu a palavra para relatar a rotina da sala de aula. Ela disse
77 que o PAEI precisa ser habilitado, competente e ter formação para ajudar a
78 lidar com as crianças que necessitem de uma atenção especial. Uma outra
79 questão que precisa ser resolvida, é a da saída do PAEI 45 minutos antes do
80 término da aula, isso causa um prejuízo no andamento da sala. Comentou
81 também sobre a dificuldade em se ter o laudo, para ter o respaldo,
82 confirmando que a criança apresenta deficiência. A Chefe do Deped, Márcia
83 Calçada apresentou-se e falou que, com a participação de todos, família,
84 professores, Equipe Gestora e Equipe Técnica da Seduc buscarão construir um
85 trabalho colaborativo levando soluções para os problemas. A chefe da Sedesp
86 disse que estão planejando e estudando todos os casos das crianças com
87 deficiência, escutando os pais e o Orientadores Educacionais, e que vão
88 procurar atender o mais breve possível as necessidades dos casos
89 emergentes no processo educacional. Ressaltou que o horário das PAEIs foi
90 ampliado para 6 horas. A Presidente Fabiana Riveiro evidenciou que das 3
91 Instituições que vão gerenciar as PAEIs, duas são credenciadas no CME,
92 União de Amparo à Comunidade de Escolas Públicas UACEP e a Associação
93 de Assistência Social Evolução, e que no Conselho, onde temos a Câmara de
94 Educação Especial poderão colaborar na fiscalização. A Vereadora Débora
95 Camilo começou falando das reclamações das famílias no ano de 2024 e a

96 falta de respaldo das Subvencionadas. Argumentou sobre a precarização da
97 contratação de profissionais e sobre a quantidade necessária de professores
98 para atender toda a demanda dos casos de deficiência para o início desse ano.
99 Destacou, também, a importância da Secretaria de Saúde ser ágil no
100 atendimento das crianças que precisam de consultas, laudos e terapias.
101 Lembrou que há um Projeto de Lei, que está parado na Secretaria de Finanças,
102 há uns 3 anos, para a criação do cargo de educador de Educação Inclusiva. A
103 Presidente Fabiana Riveiro passou a palavra a uma munícipe, mãe de aluno
104 autista, que salientou a importância do professor mediador ter conhecimento
105 integral da criança para amparar o seu trabalho, e sugeriu, que no primeiro
106 dia de aula, haja essa interação entre pais, filhos e educador. A conselheira
107 Daniela Ventura, proprietária de escola particular, colocou sua experiência,
108 contando que criou uma rede de apoio, contratando professores mediadores e
109 coordenadores especializados em educação inclusiva. Enfatizou que a escola
110 deve conhecer todos os seus alunos. A conselheira Suzete Faustina pediu a
111 palavra já se colocando contra a fala da munícipe mãe do aluno, que havia dito
112 ser privilegiada por seu filho estudar em escola particular, falou que privilégio, é
113 ter seu direito resguardado pelo poder público. A escola tem que estar de
114 portas abertas para receber todos, mas nem sempre concordamos com tudo,
115 temos que ter o melhor caminho para resolver os problemas. Outra munícipe,
116 mãe de aluno pediu a palavra para falar da importância do professor de
117 Atendimento de Ensino Especializado AEE e de se fazer o documento Plano
118 Educacional Individualizado PEI, o raio X da criança. Dentro da escola a família
119 tem que receber o apoio de todos os profissionais. A professora Luciana disse
120 que como educadora mediadora precisa do apoio da professora regente, do
121 professor de AEE e do PEI, para que consiga realizar um bom trabalho
122 atendendo as dificuldades da criança. Nada mais havendo a tratar, a senhora
123 Presidente agradeceu a presença de todos, e encerrou a reunião e a presente
124 ata que segue assinada pelo senhora Presidente Fabiana Riveiro de Moraes
125 Manini, se conforme.